



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
(Da Sra. Áurea Carolina e do Sr. Marcelo Freixo)

Requer ao Ministro da Cidadania,
Senhor Osmar Terra, informações sobre
o Decreto 8281/2014, que criou o
Ancine+Simplex.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitamos a Vossa Excelência seja encaminhado requerimento de informação ao Ministro da Cidadania, Senhor Osmar Terra, informações sobre o Decreto 8281/2014, que criou o Ancine+Simplex.

Objetivamente, solicitamos as seguintes informações:

- Acesso a todos os documentos que compuseram a Exposição de Motivos encaminhada para a Casa Civil e embasaram juridicamente a elaboração do Decreto 8281/2014, inclusive a nota técnica da Ancine, o parecer jurídico da procuradoria da Ancine, a nota técnica da Secretaria responsável e o parecer jurídico emitido pela Consultoria Jurídica à época.

JUSTIFICAÇÃO

O acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU 721/219 faz duras críticas à metodologia empregada para a análise das prestações de contas dos recursos públicos destinados a projetos audiovisuais pelo aporte de incentivos fiscais previstos em lei (fomento indireto) ou de repasses provenientes da Ancine e do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA (fomento direto), constante do Decreto 8281/2014, que viabilizou o Ancine+Simplex.

O TCU alega que a “análise por amostragem dos projetos audiovisuais não atende ao princípio constitucional da prestação de contas”. Por isso, abriu investigações sobre ex e atuais diretores da Ancine, além de alguns servidores de carreira. O acórdão define ainda que projetos que já foram aprovados e contratados podem ser revistos e novos só poderão ser celebrados quando se adequarem às condições técnico-financeiro-operacionais para analisar as respectivas prestações de contas. Tal situação tem gerado paralisia total das políticas e grande apreensão do setor do audiovisual brasileiro.

No último dia 23 de abril, membros da Comissão de Cultura desta Casa foram em diligência ao TCU para entender a melhor o acórdão e a situação como um todo. No entanto, vários parlamentares se sentiram impossibilitados de análise e acompanhamento mais profundo para auxiliar na busca de uma solução por não terem detalhes do histórico de motivação e publicação do Decreto 8281. Acreditamos que os dados aqui solicitados poderão nos ajudar a julgar melhor a situação e oferecer maiores subsídios ao debate público, um dos papéis essenciais deste Parlamento.

Brasília, 07 de maio de 2019.

Deputada Áurea Carolina
PSOL/MG

Deputado Marcelo Freixo
PSOL/RJ